



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA GERAL
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA
CENTRO REGIONAL DE PORTO VELHO

PROJETO BÁSICO Nº 16/ 2022 - SEADM-PV

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica, de forma contínua, para o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia em seu Centro Regional de Porto Velho, conforme as quantidades, condições e exigências constantes neste Projeto Básico.

Item	Descrição	SV	CATSER
01	Contratação de empresa especializada para fornecimento, de forma contínua, de energia elétrica para a unidade consumidora 20/484-6, classificação de consumo como Poder Público, ligação em alta tensão de 13.800 V cuja denominação é A4 e modalidade tarifária horo-sazonal verde, com demanda de 545 kW, fins de atender as necessidades do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM, relativas ao Centro Regional de Porto Velho - RO.	1	412-0

1.2. A contratação será de acordo com a modalidade **Inexigibilidade**, enquadrada no *caput*, do artigo 25, da Lei nº8.666/93.

2. DA JUSTIFICATIVA E O OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. O Requisitante e a equipe de Planejamento da Contratação do Censipam no CR-PV, conforme autos do Processo no 60093.000095/2022-15, conforme disposições do ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (5241942) relativo à Contratação de empresa especializada para fornecimento de Serviços de Fornecimento de Energia Elétrica para o Centro Regional de Porto Velho, informam que a presente contratação justifica-se pela imperiosa e premente necessidade contínua de abastecimento de energia elétrica para suas instalações, a fim manter a correta execução de todas as atividades da instituição e para a conservação da higidez das instalações físicas da instituição, que se possa garantir a correta habitação das instalações com conforto térmico, iluminação e uso dos equipamentos, assim como se evitem riscos à saúde dos servidores públicos e usuários das instalações.

2.2. Considerando-se a natureza do objeto, é de conhecimento público e notório que a empresa ENERGISA RONDÔNIA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. - CNPJ: 05.914.650/0001-66 é a concessionária e fornecedora de energia elétrica no Estado de Rondônia, sendo a única empresa cuja contratação é possível, para o presente objeto, conforme carta de exclusividade em anexo.

2.3. Diante disso, a contratação do serviço em tela será realizada pela modalidade de inexigibilidade de licitação, enquadrada *caput*, artigo 25, da Lei nº8.666/93.

2.4. Esta modalidade encontra respaldo na Orientação normativa Interna CJU nº02, de 10 de julho de 2018:

ENERGIA ELÉTRICA. FORNECIMENTO. CONTRATAÇÃO DIRETA. FORNECEDOR EXCLUSIVO. INEXIGIBILIDADE, enquadrada no *caput*, do artigo 25, da Lei nº8.666/93. POSSIBILIDADE DE AMBIENTE CONCORRENCIAL. DISPENSA DE LICITAÇÃO. ART. 24, XXII. LEI Nº 8.666/1993. I - A contratação dos serviços de fornecimento de energia elétrica poderá ser feita mediante inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 25, "caput", da Lei Nº 8.666/93, quando, no caso concreto, houver fornecedor exclusivo. II - A contratação direta mediante dispensa de licitação com fundamento no art. 24, inciso XXII, da Lei nº 8.666/1993, só tem cabimento quando a situação fática revelar ambiente concorrencial. Referências: Parecer 64/2011 DECOR/CGU/AGU; Lei 8666/93.

2.5. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº9.507, de 21 de setembro 2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de Manutenção e Projetos, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

2.6. Os serviços a serem realizados não possuem dedicação exclusiva de mão de obra.

2.7. O contrato de serviços de fornecimento de energia elétrica será de prazo indeterminado, em consonância com a orientação normativa da Advocacia Geral da União - AGU nº36 de 13 de dezembro de 2011, descrito abaixo:

"A administração pode estabelecer a vigência por prazo indeterminado nos contratos em que seja usuária de serviços públicos essenciais de energia elétrica, água e esgoto, serviços postais monopolizados pela ECT (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos) e ajustes firmados com a Imprensa Nacional, desde que no processo da contratação estejam explicitados os motivos que justificam a adoção do prazo indeterminado e comprovadas, a cada exercício financeiro, a estimativa de consumo e a existência de previsão de recursos orçamentários."

3. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Devido à natureza dos serviços a serem fornecidos pela empresa contratada, a participação no processo de licitação requer que a concorrente atenda de forma inicial ao que segue, conforme Lei nº8.666/93, Art. 30, I:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

a) apresentar cadastro na Agência Nacional de Energia Elétrica, demonstrando capacidade e viabilidade técnica para prestação dos serviços (...).

3.2. É necessário que a CONTRATADA apresente Declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

3.3. A contratada deverá seguir, além da legislação pertinente à sustentabilidade, na execução dos serviços civis os seguintes requisitos:

- a) Priorizar o emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução dos serviços;
- b) Observar as normas do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO e as normas ISO nº 14.000 da Organização Internacional para a Padronização (International Organization for Standardization);
- c) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança individual e coletivo, que se fizerem necessários para a execução de serviços;
- d) Realizar programa de treinamento de seus empregados, antes do início dos serviços objetivando a redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água, redução de produção de resíduos sólidos e ruídos, bem como de acidentes, segundo as normas ambientais vigentes;
- e) Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

3.4. O contrato de serviços de fornecimento de energia elétrica será de prazo indeterminado, em consonância com a orientação normativa da Advocacia Geral da União - AGU nº 36 de 13 de dezembro de 2011, descrito abaixo:

"A administração pode estabelecer a vigência por prazo indeterminado nos contratos em que seja usuária de serviços públicos essenciais de energia elétrica, água e esgoto, serviços postais monopolizados pela ECT (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos) e ajustes firmados com a Imprensa Nacional, desde que no processo da contratação estejam explicitados os motivos que justificam a adoção do prazo indeterminado e comprovadas, a cada exercício financeiro, a estimativa de consumo e a existência de previsão de recursos orçamentários."

3.5. O Fornecimento de energia elétrica devem seguir os padrões da Lei vigente no tocante à Resolução Normativa da Aneel 414, de 9 de Setembro de 2010, quanto às Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica.

3.6. As obrigações da Contratada e da Contratante estão previstas neste Projeto Básico, em tópicos específicos.

4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. Considerando-se a natureza do objeto, é de conhecimento público e notório que a empresa ENERGISA RONDÔNIA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. - CNPJ: 05.914.650/0001-66 é a concessionária e fornecedora de energia elétrica no Estado de Rondônia, sendo a única empresa cuja contratação é possível, para o presente objeto, conforme carta de exclusividade em anexo.

5. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. Trata-se de serviço comum de fornecimento de energia elétrica, de caráter continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado de acordo com a modalidade Inexigibilidade de Licitação, enquadrada no *caput*, do artigo 25, da Lei nº 8.666/93.

6. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. A despesa decorrente da contratação objeto do presente correrá à conta da dotação orçamentária conferida ao Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM, para o exercício de 2022, sob a seguinte classificação contábil e orçamentária:

- a) Programa 6011 – Cooperação para o Desenvolvimento Nacional
- b) Ação Orçamentária: 20X4 – Manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia
- c) Fonte: 100
- d) Plano Orçamentário (PO): 0007 – Funcionamento e Manutenção do Censipam
- e) Programa de Trabalho Resumido (PTRES): 168640
- f) Natureza da Despesa: 33.90.39.43 - Serviços de Energia Elétrica
- g) Código do Sistema 349/22 – Execução do contrato de fornecimento de energia elétrica (CR/PV)
- h) Valor estimado da contratação: R\$ 636.000,00 (Seiscentos e trinta e seis mil Reais)

7. DO CUSTO ESTIMADO

7.1. A contratação da empresa especializada para prestação de serviços de fornecimento, de forma contínua, de energia elétrica para o CRPV do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM, cuja empresa é a ENERGISA RONDÔNIA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. - CNPJ: 05.914.650/0001-66, conforme o Atestado de Exclusividade (4909918), terá o custo estimado de R\$ 636.000,00 (Seiscentos e trinta e seis mil Reais).

7.2. O custo estimado encontra-se da seguinte forma:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UN	QTD	VALOR ESTIMADO R\$	
					UNITÁRIO	TOTAL
001	Contratação de empresa especializada para fornecimento, de forma contínua, de energia elétrica para a unidade consumidora 04847, classificação de consumo como Poder Público, ligação em alta tensão de 13.800 V cuja denominação é A4 e modalidade tarifária horo-sazonal verde, com demanda de 545 kW, fins atender as necessidades do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM, relativas ao Centro Regional de Porto Velho - RO.	412-0	SV	12	R\$ 53.000,00	R\$ 636.000,00
CUSTO TOTAL GERAL ESTIMADO R\$						R\$ 636.000,00

8. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. A prestação dos serviços de fornecimento de energia elétrica pela contratada dar-se-á de modo contínuo e ininterrupto, para a unidade consumidora 04847, do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia, na Avenida Lauro Sodré, nº6.500 - bairro Aeroporto, em Porto Velho-RO, onde funciona o seu CRPV - Centro Regional Porto Velho, nas quantidades, condições e exigências estabelecidas neste Projeto Básico.

9. **METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.**

9.1. O serviço a ser realizado deverá obedecer criteriosamente o plano de manutenção do fabricante, conforme os serviços estabelecidos no item 5.2 deste Projeto Básico.

9.2. A equipe de fiscalização do contrato irá observar os seguintes parâmetros:

- a) Atendimento integral das exigências do Projeto Básico e Contrato;
- b) Qualidade dos serviços prestados;
- c) Pontualidade na execução dos serviços.

10. **MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

10.1. A Contratada deverá disponibilizar todos os equipamentos, ferramentas, utensílios e materiais para execução dos serviços, promovendo sua substituição quando necessário.

11. **EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E RECEBIMENTO**

11.1. A execução dos serviços será iniciada a partir da assinatura do Contrato pela CONTRATANTE.

11.2. O serviço contratado deverá ser realizado de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico e cobrado mediante documento fiscal hábil.

11.3. O serviço será recebido definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

11.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser realizadas melhorias no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

11.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

11.6. A aceitação definitiva se formalizará por intermédio do atesto da nota fiscal pela CONTRATANTE.

11.7. A energia proveniente do CONTRATO, para fins de faturamento, será denominada de Energia Faturável, cujo valor de base de cálculo será o valor da Energia Medida no ciclo de faturamento.

12. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

12.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as disposições deste Projeto Básico, cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

12.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas e encaminhando os apontamentos a autoridade competente para as providências cabíveis;

12.3. Notificar à CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

12.4. Permitir acesso dos empregados da Contratada às suas dependências para execução de serviços referentes ao objeto deste Projeto Básico, quando necessário.

12.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada, com relação ao objeto deste Projeto Básico.

12.6. Assegurar-se da boa prestação e qualidade dos serviços prestados.

12.7. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

12.8. Pagar a Contratada o valor resultante da prestação do serviço no prazo e condições estabelecidas neste Projeto Básico.

13. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

13.1. Executar os serviços conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, para o perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a plena execução dos serviços;

13.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

13.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida neste Projeto Básico, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

13.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

13.5. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

13.6. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

13.7. Manter durante a execução do serviço, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

13.8. Responder por danos causados diretamente ao Censipam ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo ou ainda de terceiros a serviço da CONTRATADA, quando da execução dos seus serviços.

13.9. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração.

13.10. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços para adoção das medidas cabíveis.

13.11. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

13.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

13.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.14. Não deverá permitir o descarte de óleos e fluidos e quaisquer resíduos de óleos na rede de esgoto e/ou pluvial, devendo a contratada possuir caixas separadoras de água e óleo, estando ligada diretamente na rede da Companhia de Saneamento Ambiental de Porto Velho.

14. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

14.1. Não será admitida a subcontratação.

15. **CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto consistem na verificação da conformidade da prestação dos materiais e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

15.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do objeto.

15.3. A verificação da adequação da prestação do material deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto Básico.

15.4. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos materiais para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.5. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do material com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.6. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.7. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do material em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no projeto básico e no Contrato.

15.8. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. **DAS AÇÕES DE RESPONSABILIDADE AMBIENTAL**

16.1. Os serviços prestados pela CONTRATADA deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela CONTRATANTE.

16.2. As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados pela CONTRATADA:

- a) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluentes.
- b) Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade.
- c) Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água.
- d) Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação.
- e) Descarte adequado de materiais tóxicos como óleo de motor, lâmpadas fluorescentes e reatores, pilhas e baterias, etc. Sempre apresentando à CONTRATANTE a comprovação deste descarte, da forma ecologicamente correta.
- f) Os materiais empregados pela CONTRATADA deverão atender à melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto.
- g) Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia e água.

16.3. A CONTRATADA deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.

16.4. A CONTRATADA deverá atentar para os critérios de sustentabilidade de acordo com a Instrução Normativa nº1, de 19 de janeiro de 2010, respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos, bem como seguir as práticas de sustentabilidade orientado no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – Câmara Nacional de Sustentabilidade da Advocacia-Geral da União de Agosto de 2021 - 4ª Edição.

17. **DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

17.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do ateste da Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

17.2. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de até 10 (dez) dias, após o recebimento definitivo, com comprovação de condições de habilitação e regularidade fiscal, mediante consulta ao SICAF.

17.3. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado a este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura, apresentada em relação a aquisição dos materiais, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas na IN/SEGES nº 05/2017.

17.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

17.5. Caso se constate a falta da manutenção das condições exigidas para habilitação poderá ser concedido um prazo para que a Contratada regularize suas obrigações, quando não se identificar má-fé ou a incapacidade de corrigir a situação.

17.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.7. Antes dos pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação.

17.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

17.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.10. Havendo a efetiva execução do objeto, o pagamento será realizado normalmente, até que se decida pela rescisão do objeto, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.11. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o objeto em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

17.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

- $EM = I \times N \times VP$, sendo:
- EM = Encargos moratórios;
- N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela a ser paga.
- I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado

I = (TX)	$I = \frac{(6/100)}{365}$	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%.
----------	---------------------------	---

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

18.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

18.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

18.1.3. Fraudar na execução do Contrato;

18.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

18.1.5. Cometer fraude fiscal;

18.1.6. Não mantiver a proposta.

18.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

18.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

18.2.2. Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

18.2.3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total do objeto;

18.2.3.1. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

18.2.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar no âmbito do CENSIPAM e com todas as unidades abrangidas pelo MINISTÉRIO DA DEFESA (MD), pelo prazo de até dois anos.

18.2.5. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

18.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

18.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

18.3.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

18.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da contratação;

18.3.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

18.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

18.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

18.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18.7. As multas e outras penalidades somente poderão ser relevadas pelo CONTRATANTE, nos casos de força maior devidamente comprovado por escrito, e para os quais não tenha dado causa a CONTRATADA.

18.8. Entende-se por motivo de força maior, para efeito de penalidades e sanções, o ato de inimigo público, guerra, bloqueio, insurreições, levantes, epidemias, tempestades, raios, enchentes, perturbações civis, explosões, greves, ou quaisquer outros acontecimentos semelhantes aos acima enumerados ou de força equivalente, que fujam ao controle razoável de qualquer das partes interessadas, que, mesmo diligentemente, não consiga impedir sua ocorrência.

18.9. A CONTRATADA deverá comunicar os fatos de força maior ao CONTRATANTE, dentro do prazo de 02 (dois) dias consecutivos a contar de sua verificação e apresentar os documentos da respectiva comprovação, em até 05 (cinco) dias consecutivos a partir da data de sua ocorrência, sob pena de não serem considerados.

18.10. A CONTRATANTE, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias consecutivos, contados do recebimento dos documentos de comprovação, deverá aceitar ou recusar os motivos alegados, oferecendo por escrito, as razões de sua eventual aceitação ou recusa.

18.11. A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas na Lei nº 8.666/93 inclusive responsabilização da vencedora por eventuais perdas e danos causados à Administração.

18.12. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo CONTRATANTE.

18.13. O valor da multa poderá ser descontado da Nota Fiscal, ou crédito existente no CONTRATANTE, em favor da contratada vencedora, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

18.14. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato do Diretor de Administração e Finanças do CONTRATANTE, devidamente justificado.

18.15. As sanções previstas no Contrato são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

18.16. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme dispostos nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666/93.

19. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

19.1. A contratação de serviços deverá ser formalizada mediante a assinatura do contrato de prestação de serviços, que será firmado por prazo indeterminado, em consonância com a Orientação Normativa da AGU nº 36 de 13 de dezembro de 2011, que estabelece prazo indeterminado para a contratação de serviços públicos essenciais, conforme descrita abaixo:

"A administração pode estabelecer a vigência por prazo indeterminado nos contratos em que seja usuária de serviços públicos essenciais de energia elétrica, água e esgoto, serviços postais monopolizados pela ECT (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos) e ajustes firmados com a Imprensa Nacional, desde que no processo da contratação estejam explicitados os motivos que justificam a adoção do prazo indeterminado e comprovadas, a cada exercício financeiro, a estimativa de consumo e a existência de previsão de recursos orçamentários."

20. ELEMENTOS CONSTITUTIVOS

20.1. Encontram-se anexos ao Processo, os seguintes documentos:

20.1.1. Atestado de Exclusividade (4909918);

20.1.2. Estudos Técnicos Preliminares (5241942)

Porto Velho - RO, na data de assinatura.

ELABORAÇÃO:

DOMINGOS SARGES JUNIOR

Integrante Requisitante

MARCUS VINÍCIUS OLIVEIRA BRAGA

Integrante Técnico

JOSÉ ONALDO DE SOUZA JUNIOR

Integrante Administrativo

AUTORIZAÇÃO:

ROSEVAL SERRADO LEITE

Gerente do Centro Regional de Porto Velho

APROVAÇÃO :

Declaro haver previsão de recursos orçamentários que asseguram o pagamento das obrigações, de acordo com o artigo 7º, § 2º, inciso II e III, da Lei nº 8.666/93.

EDUARDO SHIGERU MITANI

Ordenador de Despesas

Aprovo este Projeto Básico, de acordo com o artigo 7º, §2º, inciso I e §9º, da Lei nº 8.666/93, e Portaria 3.571/DIGER/MD/CENSIPAM/SG-MD/2022.

SÉRGIO NATHAN MARINHO GOLDSTEIN

Diretor de Administração e Finanças



Documento assinado eletronicamente por **Domingos Sarges Junior, Assessor(a)**, em 21/09/2022, às 17:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinicius Oliveira Braga, Assessor(a)**, em 22/09/2022, às 08:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Roseval Serrado Leite, Gerente do Centro Regional**, em 22/09/2022, às 10:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Shigeru Mitani, Ordenador de Despesas**, em 22/09/2022, às 11:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Nathan Marinho Goldstein, Diretor(a)**, em 22/09/2022, às 12:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **5628964** e o código CRC **ABA23C97**.